

Estes anos 50, conquanto apresentem os tons monocromáticos do salazarismo, vão, contudo, assistir a um conjunto significativo de mudanças, as «invisíveis mudanças» que de forma quase subterrânea mas substantiva vão modificar o tecido produtivo e social do país. [...] Parte do projecto de organização corporativa havia sido cumprida, com as casas do povo e dos pescadores, os sindicatos e os grémios, com o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência e o Estatuto do Trabalho Nacional e com o próprio ministério das Corporações.



O MINISTRO DO INTERIOR, Trigo Negreiros (esq.), na visita ao Hospital Curry Cabral, em Maio de 1956.

DGARQ-CPE - O Século

# O ÚLTIMO FÔLEGO DO CORPORATIVISMO

O PLANO DE FORMAÇÃO SOCIAL E CORPORATIVA, LANÇADO EM 1956, FALHA EM TODA A LINHA.

ALBÉRICO AFONSO COSTA

Esta década de 50, em que a sombra da tarde parece cair já sobre o regime, contém vários países, que coabitam, uns, em harmonia, e outros, num desamor que a mão pesada do Estado Novo tentava e conseguia manter domesticado.

Contém o país agrário, reaccionário, paternalista e absentista que lida mal com o relógio do tempo industrial; contém o país oposicionista, que em 1958, face à óbvia frontalidade de Delgado, sonha febril com o ocaso da ditadura; contém o país industrial atavicamente protegido pelo regime e que se vai empenhar numa industrialização que se apresentava inevitável e fácil, face a uma mão-de-obra dócil, sem direitos e que auferia parquíssimos salários em cotejo com a mão-de-obra europeia dinâmica, em ascensão, reivindicativa e assertiva na sua forma de construção do Estado de bem-estar social; contém o largo país trabalhador urbano e rural, o país da ganga e do fato coçado, e ainda assalariado rural num Sul em que

imperava a prepotência agrária, e camponês pobre, num Norte onde pontificava uma lavoura poderosa.

Finalmente, o país situacionista de fato, gravata e, nestes anos 50, ainda de chapéu. O país venerando e venerador, que supostamente decidia e onde se confeccionava a política sob a receita prescritiva e sóbria do Presidente do Conselho.

É neste país pequeno, bem sortido de retóricas apologeticas, vénias e palmas, o país que cabe nos documentários a preto e branco, onde as inaugurações se anunciam na voz bem timbrada de locutores sérios, que será gizado em 1956, num regressismo assumido, o Plano de Formação Social e Corporativa (PFSC).

## O Plano de Formação Social e Corporativa: regresso ao passado

Estes anos 50, conquanto apresentem os tons monocromáticos do salazarismo, vão, contudo, assistir a um conjunto significativo de mudanças, «as invisíveis mudan-



DGARQ-CPF - O Século

ças» que de forma quase subterrânea mas substantiva vão modificar o tecido produtivo e social do País.

A Constituição de 1933 havia consagrado o Estado português como «República Corporativa». Portugal vivia, pois, há mais de vinte anos sob a denominação de Estado Corporativo, sendo certo que parte do projecto de organização corporativa havia sido cumprida, com as Casas do Povo e dos Pescadores, os Sindicatos e os Grémios, com o Instituto Nacional do Trabalho e Previdên-

cia e o Estatuto do Trabalho Nacional, e com o próprio Ministério das Corporações.

Contudo, e apesar de tudo, parte substancial do projecto corporativo inicial estava ainda por construir, a começar pelas próprias corporações que só verão a luz do dia em 1956. A década de 40 não havia sido propícia ao aprofundamento do corporativismo. A guerra, e fundamentalmente o pós-guerra cheio de sombras e contendo ameaças, desaconselharam o regime a tomar iniciativas naquele campo.

**O MINISTRO DAS CORPORações,**  
*Henrique Veiga de Macedo*  
*(de chapéu na mão), inaugurando*  
*a exposição dos Jogos Culturais*  
*dos funcionários da Carris, em*  
*Janeiro de 1956.*



**O MINISTRO** das Obras Públicas (à direita, de chappéu na mão) e o subsecretário de Estado da Assistência (à sua direita) na inauguração das novas instalações da Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, em Março de 1956.

A industrialização começa a concretizar-se e, à medida que vai levedando, aumentará a apreensão de Salazar que intui a panóplia de consequências que essa mudança qualitativa pode acarretar na textura já adulta do Estado Novo.

Deste modo, em 1956, sob os designios directos do chefe do Governo, inicia-se um período de neocorporativismo, que pretende ser o alento de um regime que nele procura o «elixir da eterna juventude», ensaiando um regresso aos afectos ideológicos da década de 30 e convocando os clamores e

ambiências corporativas. Assiste-se, pois, neste período, a uma tentativa deliberada de doutrinação, que Salazar deseja que seja dinâmica e enérgica, dada a imobilidade e a pesada burocratização que se haviam instalado no Portugal dos anos 50.

Surge assim o Plano de Formação Social e Corporativa. É um ambicioso projecto de intervenção que tentará, por um lado, neutralizar o conjunto de mudanças que a industrialização inevitavelmente iria operar, e por outro lado, dar solidez e concluir o ainda inacabado edifício corporativo.

O regime pretende assim, através de uma mega operação propagandística, conter o processo de metamorfose social que irreversivelmente se ia concretizando.

«Corporativizar» uma sociedade que avançava, ainda que pesadamente, fazendo-o com os olhos postos em ideologias já apostatadas e condenadas em quase toda a Europa há mais de uma década é o objectivo primeiro deste plano, que, como se verá, pagará caro o peso do seu anacronismo.

### A estrutura organizativa e burocrática do PFSC

Como instrumentos de realização do PFSC são criados três grandes organismos: o Centro de Estudos Sociais e Corporativos (para estudar os princípios informadores do sistema corporativo), o Instituto de Formação Social e Corporativa (com funções logísticas e organizativas para assegurar o funcionamento da formação em articulação com o Centro de Estudos Sociais e Corporativos) e o Serviço Social Corporativo e de Trabalho (com a missão de esclarecimento

e orientação dos trabalhadores e das suas famílias), todos eles subordinados à Junta de Acção Social (JAS), presidida directamente pelo ministro das Corporações e também criada pelo mesmo diploma.

No cume da pirâmide da estrutura criada, a JAS detém um conjunto alargado de competências na área da «acção doutrinadora e formativa».

### A execução do Plano

Pouco mais de seis meses após a discussão da Lei de Bases que aprovou o Plano de Formação Social e Corporativa, o ministro Veiga de Macedo convocou os dirigentes dos organismos corporativos para declarar a abertura oficial da execução do plano. Associou a esta iniciativa a rádio, a televisão e a imprensa escrita, a quem lembrou as suas responsabilidades de cooperação. Os três primeiros anos após a aprovação do Plano vão ser de grande azáfama e voluntarismo.

É na área da informação e propaganda que são feitos maiores investimentos, criando-se uma secção de «cinema e TV».

*EM 1956, inicia-se um período de neocorporativismo com um regresso aos afectos ideológicos da década de 30 e convocando os clamores e ambiências corporativas.*



## Actividades promovidas pelas Comissões Distritais no ano de 1958 no âmbito do PFSC

Áreas de intervenção	1.º Semestre	2.º Semestre	Totais
Conferências e Palestras	40	69	109
Páginas ou Secções Corporativas	15	93	108
Artigos doutrinários ou de propaganda	35	37	72
Visitas de estudo e excursões	4	2	6
Cursos de doutrinação corporativa	9	13	22
Sessões culturais e recreativas	8	48	56
Programas radiofónicos	6	6	12
Concursos de temas -	1	1	
Totais			386

Fonte: Relatório de Actividades das Comissões Distritais da JAS do ano de 1958.

Entre os objectivos desta secção estavam a selecção de filmes, a projecção do *Mensário de Actualidades Corporativas*, a produção de filmes para a televisão e a remontagem de sequências de filmes já exibidos.

O *Mensário de Actualidades Corporativas* teve 2221 exhibições em circuitos comerciais.

Os programas de TV tinham uma regularidade semanal e incluíam várias modalidades: concursos de segurança no trabalho, entrevistas, reportagens, casos reais, filmes didácticos e noticiários.

Na área das «publicações e das bibliotecas» foram editados vários estudos integrados numa colecção chamada Biblioteca Social e Corporativa. Formaram-se 220 bibliotecas com um total de 55 356 volumes. Estas bibliotecas foram instaladas em organismos corporativos, empresas e bairros económicos.

Ao nível da imprensa escrita elaboraram-se artigos noticiosos e doutrinários a



DGARO-CPF - O Século

pedido de várias instituições, tendo sido expedidos 29 856 exemplares de «elementos noticiosos» e publicados 372 artigos doutrinários.

Outra das actividades em que os executores do plano se empenharam incluiu a promoção de «Conferências, palestras, colóquios, encontros e congressos».

Nos relatórios são, ainda, citadas várias iniciativas com destaque para diversas «missões» (acção social, previdência e femininas), dinamizando cursos de sensibilização nas diversas áreas específicas.



*O MINISTRO DAS CORPORAÇÕES, Henrique Veiga de Macedo (de braços cruzados), preside ao acto de posse das primeiras três secções Femininas de Sindicatos Nacionais, em Julho de 1956.*

### **O ensaio de uma política de descentralização**

Para além das estruturas centrais já identificadas, a JAS tinha uma organização regional. O PFSC previa uma estrutura aparentemente descentralizada assegurada pela constituição de «comissões distritais» que dirigiam a política formativa a nível local. Estas comissões tinham como funções a execução das deliberações da Junta.

Ao longo do ano de 1957, particularmente no segundo semestre, o ministro

das Corporações vai dinamizar a constituição destas comissões, empenhando-se pessoalmente na sua concretização. Para que este objectivo não ficasse no domínio das intenções, determina que depois da sua criação, as referidas comissões deveriam submeter à «apreciação superior os programas de actividades a desenvolver». Globalmente, a resposta a esta ordem é cumprida de forma rápida. Em Julho de 1958 a única comissão distrital que ainda não se tinha constituído era a do Funchal.



**O MINISTRO DO INTERIOR**, Trigo Negreiros, o presidente da CML, Salvação Barreto (segundo da esquerda), e outras entidades na visita à *Exposição de Seis Anos*, organizada pelo município, em Maio de 1956.

Estas comissões distritais eram compostas normalmente por individualidades próximas do regime, com prestígio social e posição económica confortável, reconhecimento em termos locais, com destaque para «os representantes da União Nacional, dos organismos corporativos locais, da Igreja e de outros sectores da vida pública e social do distrito».

A presidência era exercida pelo delegado distrital do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), que assegurava a

ligação orgânica ao Ministério das Corporações e Previdência Social (MCPS).

Ensaia-se pois a tentativa de estabelecimento de uma organização a nível nacional, que funcionaria como o motor visível das realizações corporativas. Exigia-se, tácita e explicitamente, aos notáveis locais que dessem o nome, a cara e a disponibilidade a esta organização e que se constituíssem como um estímulo fundamental da cruzada corporativa. Supostamente o regime objectivar-se-ia e aproxi-

mar-se-ia de todos os que desejassem ser militantes corporativos através destas organizações locais formadas pelos seus melhores soldados.

Após o primeiro ano de actividades a Junta de Acção Social está satisfeita com os resultados apresentados, convicta de que a sua acção tinha contribuído para o fortalecimento do «espírito corporativo» e de que havia conseguido mobilizar o País para entrar numa nova fase de brilho corporativo. Os relatórios que lhe chegam e os números apresentados alimentam este sentimento. O comentário que faz aos dados referentes às diversas áreas de intervenção evidencia-o.

Chega a notar-se uma certa euforia pelos resultados alcançados dado tratar-se do primeiro ano de actividade formativa: «Os cursos de doutrinação realizados, em número de 24, representam, na realidade, duas a três centenas de sessões ou aulas ministradas no decurso do ano a auditórios muito numerosos.» O discurso optimista prossegue no mesmo tom na apreciação da intervenção cultural: «Quanto às sessões culturais e recreativas, os números falam por si, e muito mais significativos serão quando se proporcionarem às Comissões Distritais os meios próprios ou colaboração que lhes permita intensificá-los, quer numericamente, quer quanto à sua finalidade e à sua variedade.»

No balanço final não são esquecidos os protagonistas, a quem é reconhecido «o dedicado esforço animoso e incansável, numa evidente demonstração de interesse, optimismo e espírito de iniciativa».

Outro aspecto destacado nos relatórios da Junta de Acção Social, como factor de fomento do espírito corporativo, foi a

campanha de regularização, pelo casamento, das «inúmeras situações de mancebia existentes nos meios rurais e operários».

Como contributo de concretização desta campanha sublinhava-se a publicação de «cerca de uma dezena de artigos doutrinários, boa parte dos quais a chamar a atenção do público leitor para os graves reflexos de ordem moral e social que as situações de mancebia, já apontadas, criavam».

A «ambição totalizante» do salazarismo estava de novo na ordem do dia.

### **O último fôlego do corporativismo português**

Depois dos dois primeiros anos, o tom dos relatórios passa a ser outro. O discurso entusiástico refreia-se face à frieza dos números que denotam um precoce esmorecimento da «Restauração corporativa». Enquanto no primeiro ano de descentralização do PFSC apenas três comissões distritais não tinham apresentado os seus planos de actividade em devido tempo, já no ano de 1959 só metade é que os tinham feito aprovar atempadamente, circunstância que leva o relator a considerar, com alguma amargura, que um «bom número das Comissões Distritais não se compenetraram da missão doutrinadora que lhes incumbem, da importância vital no momento presente, limitando-se umas, a fazer o mínimo necessário para justificar a sua existência e outras, pena é dizê-lo, nem sequer essa preocupação têm».

O desapontamento é evidente, sendo que a acrimónia com que se reporta a acção das comissões distritais não vai ter quaisquer efeitos práticos, a fazer fé nos relatórios seguintes. Semestre a semestre, a situação vai piorar.

**Outro aspecto destacado nos relatórios da Junta de Acção Social, como factor de fomento do espírito corporativo, foi a campanha de regularização pelo casamento das «inúmeras situações de mancebia existentes nos meios rurais e operários».**

**A Junta de Acção Social  
havia sido criada com o  
objectivo expresso de pôr  
em prática um plano  
imprescindível para  
o bem-estar político-  
ideológico do regime.**

Comparando os dados dos dois anos, a quebra de ritmo das actividades é inequívoca. De sublinhar ainda o desaparecimento dos «concursos de temas», e mesmo os programas radiofónicos deixaram de constar das actividades.

As actividades referentes ao ano de 1960 continuam a descer ou estão estagnadas.

A redução da realização das «conferências e palestras» nos anos de 1959 e 1960 é superior a 50%; também os cursos de formação corporativa passam, de 22 realizados durante o ano de 1958, para apenas 9 em cada um dos anos seguintes; se tivermos em conta que estes eram espaços considerados de excelência para proceder à doutrinação e à formação dos quadros dirigentes e dos quadros médios do corporativismo, fácil é perceber a pouca capacidade demonstrada. A situação é tanto mais grave quanto estas iniciativas recaem sobre um número bastante reduzido das comissões distritais.

Não é, portanto, de estranhar o descontentamento manifestado pelo relator da Junta de Acção Social quando confirma que os números referentes a 1960 demonstram «o decréscimo de interesse que se verifica por parte das Comissões Distritais», o que é corroborado pelos dados fornecidos: «Das 21 Comissões Distritais, nem a de Setúbal, nem a do Funchal apresentaram para o ano findo, planos de actividades.

E das que o elaboraram, apenas 12, contra 15 no semestre anterior, realizaram manifestações, importando esclarecer que algumas delas condicionaram a sua actualização a um ou dois actos.

Não levaram a efeito actividades, ou delas não tem a Junta conhecimento, as

seguintes Comissões Distritais: Aveiro, Braga, Bragança, Évora, Funchal, Guarda, Porto, Viseu e Vila Real.»

No relatório de Actividades da Comissão Executiva de 1962 continuam a adensar-se as preocupações acerca da incapacidade de mobilização das comissões distritais para conseguirem concretizar as actividades planificadas ou mesmo para apresentarem um programa mínimo de realizações. O défice de iniciativa continua a existir em quase todo o País, onde as realizações levadas a efeito são «em quase todos os Distritos bastante mais modestas do que as planificadas».

Até ao final de 1962, e passados seis anos da aprovação do PFSC, ainda não tinha sido descoberto o antídoto para combater a letargia em que se encontrava o País em matéria de insensibilidade corporativa.

No relatório deste ano afirma-se que o assunto está a ser estudado e ensaia-se uma tentativa de explicação que de resto nem sequer é original: «o problema deve-se, em grande parte, aos muitos afazeres que assoberbam os delegados do INTP».

Em nota manuscrita aposta ao relatório de actividades de 1961, que submete à apreciação do ministro, o vice-presidente da JAS manifesta as suas preocupações e responsabiliza directamente os delegados do INTP: «É de lamentar a falta de actividade da maior parte das Comissões Distritais desta Junta, tanto mais quanto é certo que a execução do PFSC deve ser em princípio uma normal actividade dos delegados do INTP.»

A Junta de Acção Social acusava assim um desgaste temporão e uma efectiva incapacidade de concretização do seu projecto neocorporativo.



DGARQ-CPF - O Século

### Como explicar o fracasso?

Havia sido criada com o objectivo expresso de pôr em prática um plano imprescindível para o bem-estar político-ideológico do regime.

Sobre si haviam recaído as maiores responsabilidades e legítimas aspirações de concretização de um ideário que se pretendia fosse generosamente derramado em todos os espaços visíveis e invisíveis do território nacional.

Haviam-lhe sido adjudicados meios, generosos recursos, e na sua órbita gravitavam órgãos vários que só a ela se referenciavam. E mesmo assim a JAS perma-

necia incapaz, inapta para a marcha triunfante que se anunciara.

Como explicar, então, o falhanço deste projecto neocorporativo que contava com o apoio de Salazar e de grande parte da elite do Estado Novo?

Para além da inadequação das estruturas criadas para concretizar o Plano, o País mudara, a industrialização ia-se afirmando, e com ela, irreversivelmente, iam ocorrendo transformações profundas na sociedade portuguesa.

O PFSC, anunciado como uma cruzada que mudaria a vida dos Portugueses, vai-se diluindo em realizações irrelevantes e

*ESPREGUEIRA MENDES, director-geral da CP, na inauguração da biblioteca do pessoal de Trens e Revisão da CP, em Julho de 1956.*



DGARQ-CPF - O Século

**O MINISTRO DAS CORPORAÇÕES,**  
*Henrique Veiga de Macedo, e o  
presidente da Assembleia Nacional,  
Albino dos Reis (primeiro da  
esquerda), são homenageados pelos  
trabalhadores vidreiros de Oliveira  
de Azeméis, em Junho de 1956.*

relatórios serôdios, mostrando a sua face anacrónica de uma utopia regressista de difícil concretização.

Este projecto corporativo não compreende a dimensão e o alcance das mudanças que tinham ocorrido no pós-guerra. A não compreensão da nova realidade que nestes anos se ia forjando e as transformações generalizadas que ocorriam sob um regime sem vontade e sem possibilidade de interacção, constituem, talvez, as razões que ditam de forma determinante o insucesso do movimento cruzadista.

O regime está instalado no poder, tentando manter-se imóvel, mas por debaixo dele o País está a mudar. A tentativa dos

ideólogos do corporativismo de voltar às suas concepções da juventude não podia resultar porque nem eles já são jovens nem o País é o mesmo.

A prova desta incapacidade de compreensão da realidade é a tentativa de encontrar alicerces e legitimações no corporativismo europeu, quando este neste período mais não é do que uma caricatura.

A perseguição da ideia de concretizar um corporativismo de associação, ainda que de forma mitigada, não podia resultar nesta conjuntura, não só porque não tinha base social de apoio, mas também porque propunha uma gestão rotineira do ideal corporativo.

O PFSC foi um corpo estranho que nunca conseguiu alojar-se verdadeiramente no tecido social, arrastando-se numa vida vegetativa até 1974, quando a cirurgia revolucionária o removeu.

O paraíso terrestre do equilíbrio entre as classes, a paz e a concórdia entre o capital e o trabalho arbitrada pela elite iluminada é a ficção oferecida por este novo fôlego corporativista.

Foi uma tentativa voluntarista e desesperada, que tentou neutralizar, enquadrar e relativizar as mutações que na sua perspectiva configurariam perigos a esconjurar. Numa espécie de exorcismo ideológico, foi lançada a restauração corporativa como forma de refrear a dinâmica social que a industrialização, a urbanização e a terciarização potenciavam.

Enquanto pela Europa se respirava um surto de desenvolvimento e prosperidade fruto da paz e da consolidação dos regimes democráticos, em Portugal, Salazar continua a perseguir um mirífico ressurgimento do corporativismo.

## Reacender o fogo antigo

É pois tempo de reacender o antigo fogo e continuar caminho. Faltaríamos a um grande dever e até a uma boa oportunidade, se, lançadas as bases do plano económico, não aproveitássemos os próximos anos para simultaneamente levar por diante a cruzada corporativa.

(...) A outra falha é a da doutrinação do povo português em tudo quanto interessa à vida política e social. Se atentarmos bem, só uma grande Instituição não abandonou nunca, e modernamente intensifica por todos os meios, a doutrinação do seu público próprio – é a Igreja. O Estado liberal absteve-se, devia abster-se por definição. Mas deixar o terreno sem cultura, o mesmo é que dar vantagem a todas as culturas inimigas. No Estado moderno só o comunismo mostra compreender sob este aspecto as necessidades, e aproveita da inacção alheia, criando apóstolos, pregadores, se necessário, mártires.

A cruzada corporativa vai prosseguir, mas será precedida e acompanhada de uma campanha de doutrinação. Lançar-se-á mão de todos os meios de expressão e de transmissão de ideias e de sentimentos para esclarecer a opinião pública e sobretudo as entidades patronais, os trabalhadores e os dirigentes corporativos. Acima de tudo, torna-se, porém, necessário adoptar o processo eficaz do contacto directo com as pessoas, através de uma catequese individual, em que o entusiasmo e a inteligência robustecem a fé dos que crêem e galvanizam e convencem os incrédulos ou os menos esclarecidos.

E nós, que defendemos os mais altos valores – a caridade, a justiça, a paz, a verdade, o bem – não seremos capazes de

ultrapassar, em vigor, eficiência e coragem, os métodos e o idealismo dos que servem criminosas ideias antinacionais e anticristãs?

A resposta há-de ser afirmativa, e por isso a acção social, através de uma presen-

ça constante, amiga e orientadora junto das entidades patronais e dos trabalhadores, será a pedra de toque da política social e educativa do novo ministro das Corporações. / VEIGA DE MACEDO (AO ASSUMIR AS FUNÇÕES DE MINISTRO DAS CORPORações E PREVIDÊNCIA SOCIAL).



*HENRIQUE VEIGA DE MACEDO durante a visita à Caixa Sindical de Previdência dos Profissionais do Comércio, em Julho de 1956.*

DIGARQ, CPF - O Século